

**Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e pobreza extrema:
um cenário para os municípios gaúchos**

Ely José de Mattos

Pesquisador FEE, Professor do curso de Economia da PUCRS, Doutorando em Economia da UFRGS

E-mail: elymattos@gmail.com

Marcos Vinicio Winck Junior

Pesquisador da FEE, Professor do curso de Economia da ESADE, Doutorando em Economia da UFRGS

E-mail: marcos@fee.tche.br

Livio Luiz Soares de Oliveira

Pesquisador da FEE

E-mail: livio@fee.tche.br

Clitia Helena Backx Martins

Pesquisadora da FEE

E-mail: clitia@fee.tche.br

Endereço:

Rua Duque de Caxias, 1691 – Sala 315

Porto Alegre – RS

CEP: 90010-283

Área temática:

a. Desenvolvimento Econômico

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e pobreza extrema: um cenário para municípios gaúchos

Resumo: o presente artigo faz uma apresentação dos resultados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (Idese) para 2012 (base 2009) e também uma análise da pobreza extrema no Estado com base no Censo Demográfico do IBGE (sendo esta definida com base na linha oficial de R\$ 70,00). O Idese cresceu continuamente desde 2000 – sendo que cresceu 0,5% entre 2008 e 2009 impulsionado pelos blocos educação e saúde. Os blocos renda e saneamento apresentaram retração. Com relação a pobreza extrema, o RS apresenta 1,9% da sua população nesta condição (o Brasil conta com 6,3%). Alguns municípios, no entanto, chegam a atingir até 23,4% da população em extrema pobreza. Na regionalização dos números, nota-se que existem no Estado três áreas de concentração de municípios com indicadores de maior pobreza e baixo Idese: uma no extremo sul, uma no centro e outra no extremo norte. Os dados mostram que áreas com maior grau de pobreza também registram Idese baixo (não apenas no indicar total mas também nas dimensões individualizadas).

Palavras-chave: idese, pobreza, cluster.

1. Introdução

A Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) calcula anualmente o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) para o Estado do RS e seus municípios. Este indicador procura avaliar o desenvolvimento gaúcho de forma multidimensional – de forma similar aos indicadores internacionais disponíveis.

O Idese é composto de quatro blocos: renda, saúde, educação e saneamento e domicílios. Com isso, é possível fazer a análise do Idese como indicador único, assim como é possível avaliar os blocos de forma individualizada, para apontar progressos e carências dos municípios gaúchos.

Da mesma forma, a instituição tem se dedicado a estudar especificamente a pobreza no Estado. Este trabalho tem obtido destaque especialmente em função dos esforços do governo federal no combate à pobreza extrema. E isto também tem relação

com a própria definição de pobreza extrema, com base em uma linha oficial adotada pelo governo (R\$ 70,00 de renda domiciliar per capita).

Este artigo procura atingir três objetivos. O primeiro deles é apresentar e discutir os resultados do Idese mais atual, recentemente lançado pela FEE (ano 2012, base 2009). O segundo é uma análise descritiva e regionalizada da pobreza extrema no Estado. Por fim, pretendemos associar os resultados municipais do Idese com os resultados do estudo sobre pobreza extrema.

2. Contextualização teórica e metodológica

Quando se fala em mensuração de desenvolvimento, os indicadores sociais já figuram na literatura especializada há bastante tempo. A pesquisa e a implementação dos indicadores sociais surge mais objetivamente na década de 1960, no contexto dos chamados “Anos de Ouro” do capitalismo, em países desenvolvidos e ao pensamento socialdemocrata de intervenção social.

Depois disso, passaram a florescer conceitos mais complexos e elaborados. A discussão mais recente – década de 1980 e 1990 – deu origem ao indicador mais popular em termos internacionais: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este indicador é fruto de um debate sobre a diferenciação entre meios e fins do desenvolvimento, que indica que o foco das mensurações deveria ser o que as pessoas efetivamente realizam e não apenas os recursos.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) para o Rio Grande do Sul, assim como outros índices socioeconômicos semelhantes, que buscam mensurar a qualidade de vida em cada município, tem como fonte de referência o IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. A elaboração do IDH teve como objetivo a mensuração do grau de desenvolvimento humano dos países e desde o início de sua criação fundamentou-se em três conjuntos de indicadores: educação, saúde e renda. O intervalo do índice vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

A mensuração do desenvolvimento humano em escala municipal (IDHM) emprega o mesmo conjunto de indicadores do IDH para países – educação, saúde e renda -, mas com o acréscimo de outros indicadores específicos. No caso do Idese, além destas dimensões, existe outra: saneamento e domicílios.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010), que marca 20 anos do lançamento do primeiro relatório da série, apresentou o “novo IDH”, o qual continua com a mesma estrutura do “velho IDH”, mas com alterações importantes em três eixos:

- Novas variáveis
- Nova ‘normalização’
- Novo procedimento de agregação

Novas variáveis – No bloco educação as duas variáveis comumente empregadas, isto é, alfabetização e taxa combinada de matrícula foram substituídas pelas variáveis anos médios de escolaridade e anos esperados de escolaridade, respectivamente. A principal razão para substituir essas variáveis foi que nos últimos anos muitos países, entre eles o Brasil, reduziram significativamente o analfabetismo e também elevaram de forma expressiva suas taxas de matrícula, o que não permitia grande diferenciação no indicador de conhecimento. Outro fator que levou à mudança foi que a variável alfabetização é binária, onde simplesmente se informa se o indivíduo é ou não alfabetizado, descartando os anos adicionais de educação que o indivíduo pudesse ter. No caso da variável taxa de matrícula combinada, a mesma não permitia avaliar o progresso na qualidade do sistema educacional de cada país. As novas variáveis procuram suprir essa lacuna.

Na dimensão renda, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC), foi substituído pela Renda Nacional Bruta per capita (RNB) em termos de PPC, a fim de espelhar com mais acurácia a renda que é efetivamente apropriada por um país, já que seus cidadãos enviam e recebem renda em relação ao exterior.

No bloco saúde, permaneceu a variável expectativa de vida.

Nova normalização – Sendo o IDH um índice composto ou sintético, isto é, que agrega dimensões diferentes, estas precisam ser normalizadas, isto é, medidas em uma escala comum para que possam ser analisadas de modo comparativo.

Definidos os valores máximos e mínimos para cada dimensão, os respectivos subíndices, ou indicadores componentes, são calculados da seguinte forma:

$$\text{Índice da dimensão} = \frac{\text{valor real do país} - \text{valor mínimo da dimensão}}{\text{valor máximo da dimensão} - \text{valor mínimo da dimensão}}$$

Anteriormente, eram utilizados “postos fixos” na normalização, isto é, eram empregados valores máximos e mínimos pré-definidos. Na dimensão renda, por exemplo, eram utilizados os valores de US\$ 40.000 e US\$ 100, respectivamente. O valor de US\$ 40.000 era tomado como o máximo. Os países com renda per capita maior, dessa forma, eram prejudicados, pois esse valor era o teto. No “novo IDH”, são utilizados agora os valores observáveis.

Nova agregação – No “velho IDH”, após a normalização, as variáveis eram agregadas por meio de uma média aritmética simples. Isso consistia em somar os indicadores normalizados de educação, renda e saúde e dividir a soma por três. Ocorre que esse método possuía um inconveniente: uma melhoria significativa em um indicador servia para mascarar uma estagnação nos demais. Exemplo: um grande aumento na renda de um país poderia obscurecer um retrocesso ou estagnação na saúde e na educação. Por isso, o método de agregação do “novo IDH” emprega a média geométrica, em lugar da média aritmética. O objetivo disso é evitar a substitutibilidade perfeita entre as dimensões do IDH. Assim, para que haja progresso efetivo, no novo índice, é necessário haver crescimento harmônico nos três indicadores que compõem o “novo IDH”.

2.1. Metodologia do Idese

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) produz o Idese para o Rio Grande do Sul, seus municípios e Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Como mencionado anteriormente, ele se sustenta no modelo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo de mensuração pressupõe a insuficiência de se medir desenvolvimento a partir de indicadores de renda somente.

O Idese atualmente é calculado a partir de quatro blocos: renda, saúde, educação e saneamento e domicílios. O último bloco, Saneamento e Domicílios, constitui o maior diferencial do Idese em relação ao IDH. Ao todo são 12 indicadores que compõem o índice. A transformação dos indicadores que compõem o Idese em índice é dada através de uma fórmula simples:

$$I_{x,j,t} = \frac{y_{x,j,t} - LI_x}{LS_x - LI_x}$$

onde:

$I_{x,j,t}$ é o índice do indicador x na unidade geográfica j no tempo t.

$y_{x,j,t}$ é o indicador x da unidade geográfica j no tempo t.

LI_x é o limite inferior do indicador x

LS_x é o limite superior do indicador x.

Uma unidade geográfica que apresente um determinado indicador igual ou maior que o limite superior terá, portanto, índice 1 (um) para esse indicador. Por outro lado, uma unidade geográfica com indicador igual ou menor que o limite inferior terá um índice 0 (zero), sendo considerada de desenvolvimento nulo. O peso de cada indicador dentro de cada bloco é predeterminado e o índice final é calculado a partir de uma média aritmética entre os blocos.

De modo idêntico ao IDH, as unidades geográficas podem ser classificadas pelos índices em três categorias: baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores ou iguais a 0,800). Para permitir a análise dos índices ao longo do tempo, os limites são mantidos fixos intertemporalmente.

Calculados os 12 indicadores de uma dada unidade geográfica, os índices dos blocos do Idese da mesma serão obtidos por média aritmética ponderada dos índices dos indicadores que integram cada bloco, empregando-se os pesos indicados na tabela 1. Com isso, o Idese dessa unidade geográfica será calculado por média aritmética (com pesos iguais de 0,25 para cada bloco) dos índices dos quatro blocos.

Quadro 1 – Blocos e indicadores do Idese

Blocos	Indicadores	Peso nos blocos (%)
Educação	Taxa de abandono no ensino fundamental	25
	Taxa de reprovação no ensino fundamental	20

	Taxa de atendimento no ensino médio	20
	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais	35
Renda	Produto Interno Bruto per capita (PIBpc)	50
	Valor Adicionado Bruto per capita (VABpc) do comércio, alojamento e alimentação	50
Saneamento e Domicílio	Percentual de domicílios abastecidos com água: rede geral	50
	Percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário: rede geral de esgoto ou pluvial	40
	Média de moradores por domicílios	10
Saúde	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	33
	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos	33
	Esperança de vida ao nascer	33

Fonte: FEE

Os dados são retirados de diversas fontes, principalmente dados do INEP para educação, da FEE para renda, do Censo Demográfico para saneamento e do Ministério da Saúde para a saúde. A exceção são os dados da média dos moradores por domicílios, no bloco saneamento e domicílios, para o qual se utilizam apenas indicadores fornecidos pelo Censo Demográfico. Isso gera uma distorção no índice final, já que o Idese é anual e esses indicadores variam somente a cada 10 anos, sendo mantidos constantes entre os Censos. Na dimensão da educação, dois indicadores também são retirados dos censos: taxa de atendimento no ensino médio e taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade. A diferença desses indicadores com relação ao saneamento, é que esses dados são evoluídos anualmente para o RS a partir de dados da PNAD e da FEE.

2.2. Outros índices socioeconômicos municipais sintéticos existentes no Brasil

No Brasil, existem outros índices municipais que são feitos por órgãos de pesquisas públicos ou privados para seus respectivos estados ou país como um todo. Exemplos destes são os índices aqui analisados, de modo sucinto: o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), produzido pela Fundação SEADE de São Paulo; o

Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais e o Índice FIRJAM de Desenvolvimento (IFDM), feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. É interessante destacar que o (IFDM) é calculado com abrangência nacional. Semelhantemente ao Idese, estes índices têm como objetivo mensurar a qualidade de vida dos municípios. Entre os índices, no entanto, percebem-se diferentes dimensões abrangidas e diferentes metodologias de cálculo.

O IPRS, feito para os municípios paulistas, preserva as mesmas dimensões do IDH; educação, renda e saúde. Em relação à dimensão da renda, diferentemente do Idese, não utiliza variáveis como PIB ou VAB. A vantagem decorre do fato de que essas variáveis não medem a renda apropriada pelo município, apenas a renda gerada pelo município. Assim sendo, o IPRS sugere a adoção de consumo de energia elétrica como proxy de renda, além de remuneração de empregados com carteira assinada. Na dimensão da educação, indicadores que são fornecidos pelo Censo também foram substituídos recentemente por indicadores gerados a partir de registros administrativos.

No indicador da saúde, o IPRS utiliza taxas de mortalidade por faixas de idade, inclusive de idosos, o que é relevante, principalmente no debate atual da situação dos idosos a partir do envelhecimento da população. Vale ressaltar também como a IPRS evita a utilização de dados que não sejam anuais por município.

Por fim, destaca-se que a escolha das ponderações de cada indicador no IPRS é feita através de um modelo de análise fatorial que analisa a estrutura de interdependência entre as variáveis, diferentemente do Idese cujas ponderações são predeterminadas.

De maneira distinta de indicadores municipais de desenvolvimento, o IMRS, feito para os municípios mineiros, abrange várias dimensões. São elas: renda, saúde, educação, habitação e meio ambiente, demografia, segurança, gestão e cultura, esporte e lazer. Na indisponibilidade de fontes confiáveis de indicadores para algumas das dimensões, o índice foi construído com 40 indicadores. A Fundação João Pinheiro argumenta que o problema de dados não confiáveis diminui quanto mais indicadores forem usados. Deve-se ressaltar que a utilização das dimensões segurança e meio ambiente pode se tornar um avanço na construção de um índice de desenvolvimento.

Na segurança, o indicador é o de boletim de ocorrências por municípios, fornecido pela Polícia Militar mineira. Com relação ao meio ambiente, utilizam-se indicadores de abastecimento de água e coleta de esgoto e lixo doméstico. O problema

com esses dados é que são fornecidos por concessionárias de abastecimento de água e não se tem informações para todos os municípios. Segundo a Fundação João Pinheiro, existem esses dados para apenas 60% dos municípios mineiros.

Por fim, convém destacar dois pontos a respeito do IMRS. O primeiro, é que de modo idêntico ao Idese, ele utiliza dados do Censo Demográfico, como já foi discutido, essa opção é problemática na medida em que esses dados são atualizados apenas a cada dez anos. O segundo destaque diz respeito à utilização de indicadores de gestão em todas as dimensões, que mensuram o montante investido pelos municípios em cada dimensão.

O IFDM é desenvolvido para todos os municípios do Brasil pela FIRJAN. Assim como o IPRS, o IFDM também considera três dimensões para desenvolvimento humano: Renda, Educação e Saúde. Na dimensão renda, é interessante salientar a preocupação do IFDM com a questão do emprego. Dos três indicadores de renda, dois são relacionados a emprego: Geração de emprego formal e Estoque de emprego formal. Com relação à educação, é empregada uma variável de qualidade da educação, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Na saúde, os indicadores são semelhantes aos utilizados pelas demais instituições de pesquisas.

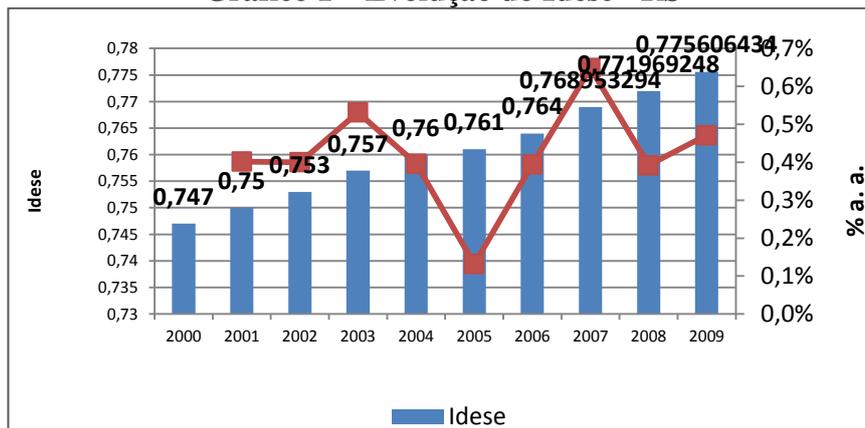
3. O Idese do RS e municípios

Esta seção do texto mostra os principais resultados do Idese de 2009 para o estado do RS como um todo e para os municípios. Para tal, as informações são apresentadas em duas partes distintas: a primeira delas trata dos dados estaduais ao passo que na segunda são explorados os resultados municipais.

3.1. Idese: RS

O Estado do Rio Grande do Sul apresentou, pelo décimo ano consecutivo, uma elevação no seu Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Com 0,776 em 2009, o crescimento foi de 0,5% frente ao ano anterior. A taxa de crescimento médio anual é de 0,5% entre 2000 e 2009 – sendo que houve uma ligeira desaceleração em 2005 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução do Idese - RS

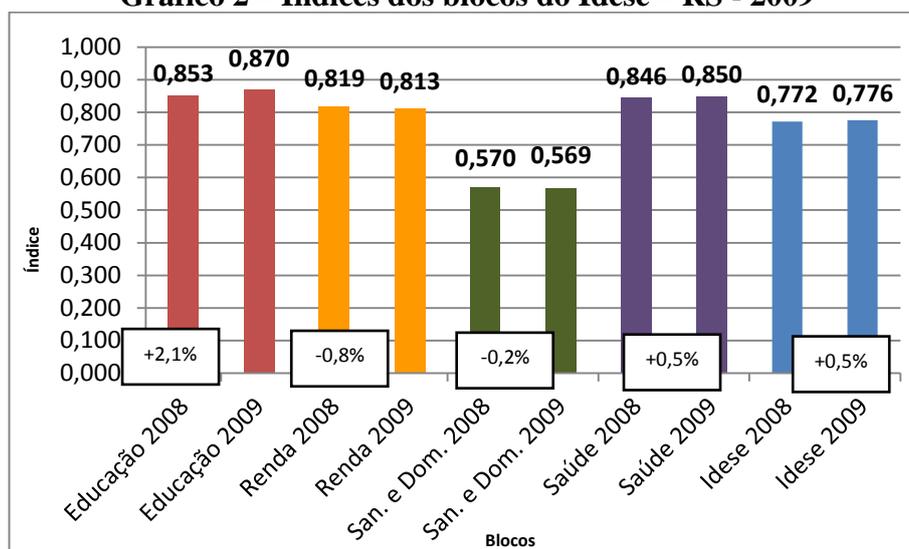


Fonte: Dados da FEE. Gráfico elaborado pelos autores.

Analisando os blocos individualmente, no gráfico 2, o bloco de maior destaque no Idese de 2009 foi Educação, com crescimento de 2,1% em relação ao ano anterior. O crescimento deste bloco foi impulsionado, basicamente, pelo incremento no atendimento ao ensino médio (o indicador referente a esta variável cresceu 15,8%).

Ainda como destaque positivo, o bloco Saúde cresceu 0,5%, atingindo a marca de 0,850 em 2009. Os indicadores referentes ao percentual de crianças com baixo peso ao nascer e à mortalidade de menores de 5 anos foram os que propiciaram esta melhora (1,1% e 0,4% respectivamente).

Gráfico 2 – Índices dos blocos do Idese – RS - 2009



Fonte: Dados da FEE. Gráfico elaborado pelos autores.

Já os blocos Renda e Saneamento e Domicílios mostraram variações negativas. A renda decresceu 0,8% entre 2008 e 2009, sendo que a queda na apropriação da renda (VAB do comércio, alojamento e alimentação) foi o propulsor. Este comportamento é

compatível com o cenário de crise vivido em 2009. O outro bloco retraiu-se 0,2% em função do aumento, ainda que pequeno, do número médio de moradores por domicílios.

Em linhas gerais, o Idese 2009 para o Estado do Rio Grande do Sul, apresentou resultados relativamente satisfatórios, sendo que o único movimento negativo mais importante – renda – já era esperado em função da conjuntura econômica vigente. O principal destaque positivo ficou a cargo da educação.

3.2. Idese: municípios

O município de Caxias do Sul lidera o ranking dos municípios gaúchos no Idese, sendo que desde 2000 o município ocupa esta posição. Dentre os 10 municípios com maior Idese (Tabela 1) verificou-se pouca alteração no ranking: o que mais se destaca é a queda de uma posição de Porto Alegre, que cedeu o terceiro lugar para Canoas, e a ascensão de Ijuí, que estava na 13ª e passou para 9ª posição.

O bloco que mais se destacou dentre estes 10 municípios foi Educação, que mostrou crescimento para todos eles – na média, houve crescimento de 2,6%. Já o bloco Renda apresentou retração para aqueles municípios com vocação industrial: Caxias do Sul, Porto Alegre, Cachoeirinha e Rio Grande. Saúde e Saneamento e Domicílios foram dimensões que se mantiveram relativamente estáveis.

Tabela 1 – Ranking: 10 municípios com maior Idese em 2009

	Posição no ranking		Idese		2009/2008 (%)
	2008	2009	2008	2009	
Caxias do Sul	1	1	0,857	0,858	0,2%
Esteio	2	2	0,837	0,846	1,1%
Canoas	4	3	0,833	0,840	0,9%
Porto Alegre	3	4	0,834	0,838	0,4%
Cachoeirinha	6	5	0,822	0,827	0,6%
Cruz Alta	7	6	0,816	0,822	0,8%
Vacaria	5	7	0,825	0,821	-0,5%
Cerro Largo	8	8	0,815	0,819	0,5%
Ijuí	13	9	0,805	0,819	1,7%
Rio Grande	9	10	0,810	0,813	0,3%

Fonte: Dados da FEE. Tabela elaborada pelos autores.

Na parte inferior do ranking, o município de Caraá ocupa a última posição, com um Idese de 0,542 (Tabela 2). Dentre o grupo de 10 municípios com pior Idese do Estado, quatro deles (Cristal do Sul, Lagoão, Carlos Gomes e Lajeado do Bugre)

apresentaram retração no índice, sendo que esta retração foi majoritariamente puxada pela queda do indicador Renda. Os demais municípios registraram crescimento de Idese, mas não o suficiente para ganhar posições superiores no ranking.

Tabela 2 – Ranking: 10 municípios com menor Idese em 2009

	Posição no ranking		Idese		2009/2008 (%)
	2008	2009	2008	2009	
Cristal do Sul	485	487	0,581	0,572	-1,5%
Lagoão	488	488	0,576	0,571	-0,8%
Carlos Gomes	490	489	0,574	0,569	-0,8%
Lajeado do Bugre	487	490	0,576	0,569	-1,2%
Barão do Triunfo	492	491	0,558	0,568	2,0%
Esperança do Sul	491	492	0,561	0,566	0,8%
Mampituba	493	493	0,556	0,560	0,7%
Benjamin Constant do Sul	494	494	0,546	0,550	0,8%
Monte Alegre dos Campos	495	495	0,545	0,550	1,0%
Caraá	496	496	0,540	0,542	0,5%

Fonte: Dados da FEE. Tabela elaborada pelos autores.

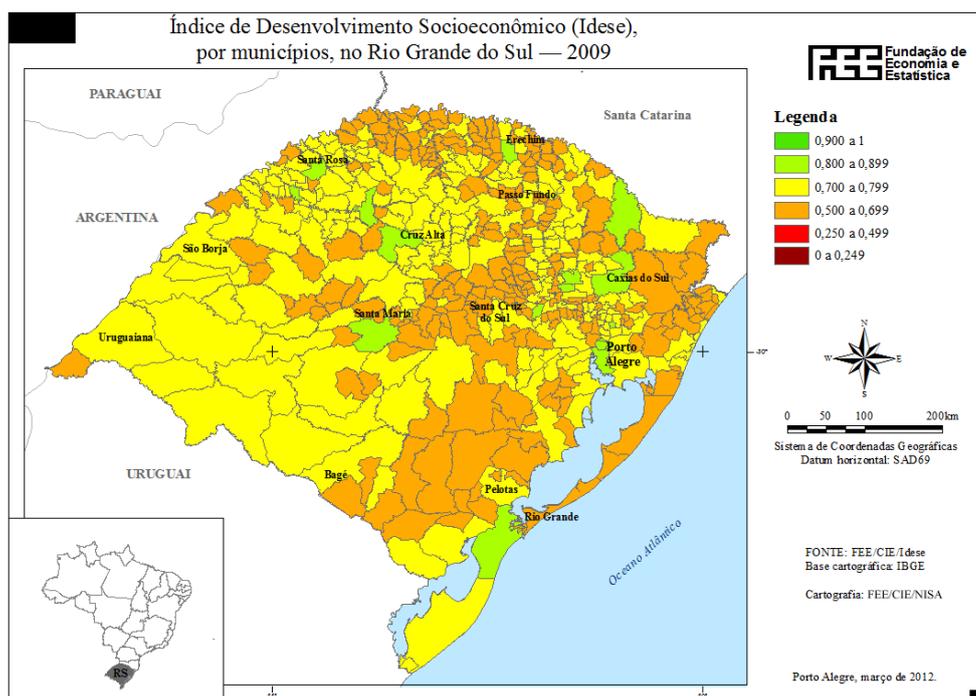
Em suma, para os municípios com melhores Idese, a renda não teve um peso significativo, mas foram sim impulsionados pela elevação do bloco Educação. Já para os municípios da parte baixa da distribuição, a renda teve um papel mais significativo, ao passo que educação não foi capaz impulsionar na mesma medida.

Observando a regionalização do Idese no Estado, no Mapa 1, é possível identificar que boa parte dos municípios se encontram na faixa de Idese entre 0,700 e 0,799. Para índices abaixo de 0,700, duas aglomerações chamam a atenção: uma na metade sul e outra no extremo norte.

A metade sul, ao contrário do senso comum quando se trata de desenvolvimento do Estado, não apresenta baixos níveis de Idese de modo generalizado. Ao contrário, tem uma aglomeração bem definida de aproximadamente 20 municípios com Idese abaixo de 0,700, mas boa parte do território é dominada por municípios com índices superiores a este patamar.

O extremo norte – incluindo parte do noroeste e nordeste – é outro aspecto de destaque no mapa. Vários municípios desta região apresentam Idese abaixo de 0,700, sendo que cabe mencionar que 5 dos 10 municípios com menor Idese ficam nesta zona. Esta região, por vezes, acaba sendo negligenciada em função de um foco massivo na metade sul do RS. O mapa ajuda a desmistificar esta perspectiva.

Mapa 1 – Idese dos municípios do RS - 2009



Fonte: CIE/FEE.

4. Pobreza absoluta e relativa no RS e municípios

O Idese é um índice que procura avaliar o desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos através de uma abordagem multidimensional. Apesar de uma das dimensões ser renda, o índice não se propõe a avaliar pobreza ou algum conceito diferente daquele explorado na seção dois deste trabalho. No entanto, o estudo da pobreza, através do seu conceito baseado na renda, traz contribuições importantes para o debate sobre o desenvolvimento do Estado.

Para esta etapa utilizaremos os dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE (IBGE, 2010). O conceito a ser trabalhado é o de pobreza extrema, definido oficialmente pelo Governo Federal do Brasil. Segundo esta classificação, extremamente pobre é aquele que auferir renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00.

Para os estados do país, o Maranhão lidera o ranking de maior proporção de extremamente pobres com cerca de 20,0% da população nessa situação, seguido por Piauí (18,5%) e Alagoas (16,4%). O RS aparece como o 21º Estado com maior proporção de extremamente pobres, 1,9% da população. No outro extremo do ranking, Distrito Federal e Santa Catarina aparecem com 0,9% de população de extremamente pobres.

Quando se multiplica a proporção de extremamente pobres pela população residente em domicílios, obtém-se o número absoluto de extremamente pobres. Nesse sentido, a Bahia aparece com mais pessoas nessa situação, aproximadamente 1,8 milhão, seguido por Ceará e Maranhão, ambos com 1,25 milhão. O RS, com 198 mil extremamente pobres, aparece na 15ª posição do ranking em termos absolutos.

A Tabela 3 apresenta os 10 municípios gaúchos com maior número de pessoas extremamente pobres. Verifica-se que a quantidade de pessoas nessa situação está altamente relacionada com o tamanho da população do município. Entretanto, mesmo que haja essa associação, não se pode afirmar que exista uma relação de causa e efeito nesse sentido, de modo que, um município, mesmo populoso, pode apresentar resultados satisfatórios em termos do total de extremamente pobres.

Assim, dos 10 municípios com maior número de extremante pobres, 6 estão na lista dos 10 mais populosos do Estado . Devemos levar em consideração, no entanto, casos como o de Caxias do Sul, 2º município mais populoso do RS, e apenas o 23º no ranking de extrema pobreza em termos absolutos. Enquanto isso, em outro extremo, Canguçu que é o 7º no ranking de total de extremamente pobres, é apenas o 41º em termos de população.

Tabela 3 – Ranking: 10 municípios com maior número de extremamente pobres - 2010

Posição	Município	Número de extremamente pobres
1º	Porto Alegre	13.506
2º	Pelotas	6.659
3º	Viamão	4.477
4º	Rio Grande	3.914
5º	Alvorada	3.868
6º	Uruguaiana	3.806
7º	Canguçu	3.703
8º	Canoas	3.634
9º	Sant'ana do Livramento	3.295
10º	Gravataí	3.292

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Analisando o outro extremo do ranking, visualizam-se na Tabela 4 dos 10 municípios com menor número de pessoas extremamente pobres. Entre esses, destacam-se Nova Araçá, Nova Boa Vista, Nova Pádua e São Vendelino como os quatro municípios gaúchos sem pobreza extrema. Outro resultado importante da tabela é que dos 10 municípios destaques, nove são da região Nordeste do Estado. A exceção é Nova

Boa Vista, que se situa na Região Norte do RS. Vale mencionar, no entanto, que todos esses municípios são pequenos em termos de população.

Tabela 4 – Ranking: 10 municípios com menor número de extremamente pobres – 2010

Posição	Município	Número de extremamente pobres
1º	Nova Araçá	0
1º	Nova Boa Vista	0
1º	Nova Pádua	0
1º	São Vendelino	0
5º	São Domingos do Sul	1
6º	Tupandi	2
6º	Colinas	2
8º	União da Serra	3
9º	Picada Café	4
9º	Cotiporã	4

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Com relação à pobreza em termos relativos, a Tabela 5 apresenta os 10 municípios com maior proporção de extremamente pobres. Redentora lidera o ranking com 23,5% da população vivendo abaixo da linha de R\$ 70. Todos os 10 municípios líderes no ranking apresentam mais de 10% da população na condição de extremamente pobre.

Tabela 5 – Ranking: 10 municípios com maior proporção de extremamente pobres – 2010

Posição	Município	Proporção de extremamente pobres
1º	Redentora	23,45%
2º	Benjamin Constant do Sul	19,40%
3º	Lajeado do Bugre	16,41%
4º	Engenho Velho	15,73%
5º	Jacuizinho	15,36%
6º	São Valério do Sul	15,34%
7º	Cacique Doble	12,95%
8º	Santana da Boa Vista	12,93%
9º	São Pedro das Missões	12,19%
10º	Jaboticaba	11,72%

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

É interessante salientar que dentre os 10 municípios da tabela, 9 se encontram no Norte/Noroeste do Estado. A exceção é o município de Santana da Boa Vista, que pertence à Região Sul. Esses municípios apresentam também condições precárias em

vários outros aspectos sociais que dizem respeito à qualidade de vida. Nesse sentido, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, enquanto a média das taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais dos municípios do RS é 6,7%, a dos municípios listados na Tabela 5 é 13,5%.

Com relação a condições de domicílios, ainda utilizando dados do Censo Demográfico 2010, a porcentagem média de domicílios com condições inadequadas de saneamento para os municípios gaúchos é 14,8%. Considerando apenas os 10 primeiros no ranking de proporção de extrema pobreza, esse número sobe para 16,7%. Além da pior situação em termos de renda, educação e saneamento, segundo os dados do DATASUS para 2010, os municípios com maior nível de pobreza apresentam uma média das taxas de mortalidade infantil de 16 por mil nascidos vivos, enquanto a média dos municípios do Estado é de 12 por mil nascidos vivos.

Outra questão importante que diz respeito a esses municípios é a proporção de indígenas. Enquanto a proporção da população indígena do Estado é 0,31%, a média desses municípios é 17,7%. Dentre eles, destacam-se Redentora, Benjamin Constant do Sul e São Valério do Sul com cerca de 40% da população de indígenas.

O outro extremo do ranking de proporção de extremamente pobres nos municípios gaúchos é apresentado na Tabela 6. Por não apresentar extremamente pobres, algo já mencionado anteriormente, Nova Araçá, Nova Boa Vista, Nova Pádua e São Vendelino são os líderes em menor percentual de pessoas abaixo dessa linha. Considerando a Tabela 5, nota-se que a diferença é a entrada nesse ranking dos municípios de Nova Prata, Carlos Barbosa e Teutônia, todos eles com população residente acima da média do Estado que é em torno de 21 mil pessoas.

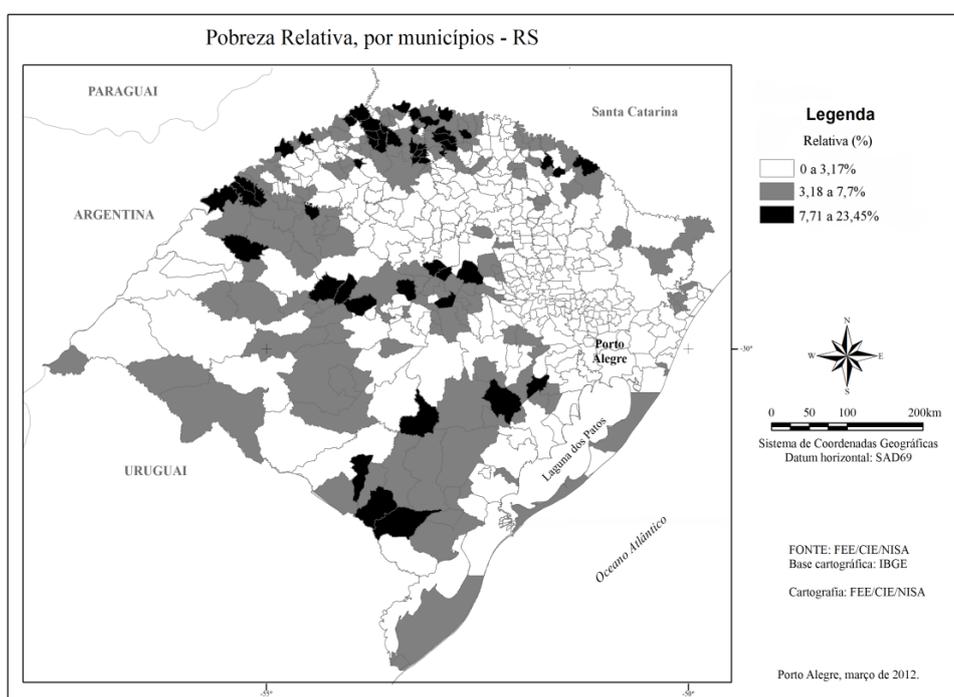
Tabela 6 – Ranking: 10 municípios com menor proporção de extremamente pobres – 2010

Posição	Município	Proporção de extremamente pobres
1º	Nova Araçá	0,00%
1º	Nova Boa Vista	0,00%
1º	Nova Pádua	0,00%
1º	São Vendelino	0,00%
5º	São Domingos do Sul	0,03%
6º	Nova Prata	0,04%
7º	Tupandi	0,05%
8º	Carlos Barbosa	0,06%
8º	Teutônia	0,06%
9º	Colinas	0,08%

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Para uma visualização regionalizada da proporção de extremamente pobres no Estado, apresenta-se o Mapa 2. Os municípios mais críticos estão pintados em preto. Como se observa, a maior parte deles está na metade norte, especialmente no extremo norte e noroeste. Nestas mesmas regiões estão também municípios com níveis de pobreza menores, mas ainda altos (em cinza).

Mapa 1 – Idese dos municípios do RS - 2009



Fonte: CIE/FEE.

4.1. Análise conjunta da pobreza com o Idese

Com o objetivo de relacionar extrema pobreza com o Idese, utilizou-se a técnica de Análise de *Clusters*¹, que permite agrupar municípios com características semelhantes. Os clusters são construídos agrupando informações a respeito da proporção de extremamente pobres dos municípios e o resultado do Idese 2009 divulgado pela FEE.

Foram definidos três clusters de municípios para o Rio Grande do Sul, a partir das informações citadas. As médias e os desvios-padrão dos clusters para cada informação utilizada estão descritas na Tabela 7. O *cluster* 1 reúne os municípios com

¹ Foi utilizada a técnica *k-means*, que pode ser consultada em Mingoti (2005).

melhores médias para todos os indicadores, seguido pelo *cluster 2* de valores intermediários e, por fim, o *cluster 3* com as piores médias. Ao considerar também o resultado dos blocos do Idese, percebe-se que os municípios selecionados pelo *cluster 1* tem maior média do índice para todos os blocos do Idese, seguido pelo *cluster 2* e pelo *cluster 3*. Dessa forma, em média, municípios com bom desempenho no Idese tendem a ter replicar este resultado também em termos de pobreza, assim também acontece com os intermediários e os de desempenho baixo.

Tabela 7 – Clusters estimados

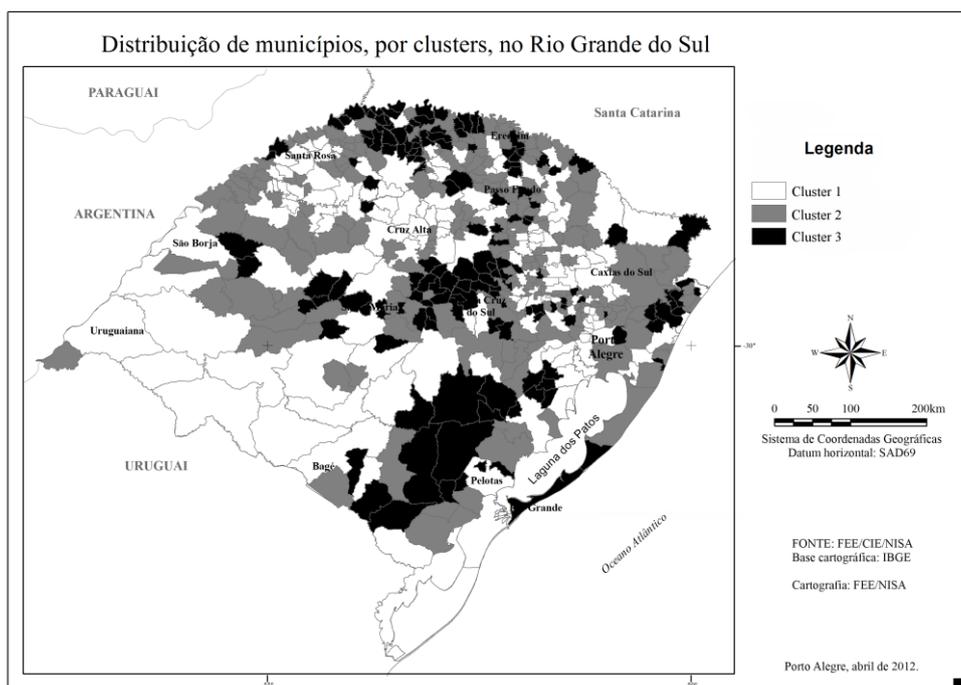
Cluster	Número de municípios	Proporção de extremamente pobres		Idese	
		Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
1	147	1,57%	0,0119	0,767	0,0260
2	195	2,67%	0,0244	0,696	0,0224
3	154	5,67%	0,0393	0,625	0,0295

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Mapa 3 é possível visualizar um padrão regional dos *clusters*. Percebe-se que os municípios pertencentes ao *cluster 1* (indicadores de alto desempenho) se encontram principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre e Serra, na região de Cruz Alta e na região da Campanha. Além dessas regiões, encontram-se nesse grupo alguns municípios que são polos regionais, como Pelotas, Rio Grande e Santa Rosa.

Com relação ao *cluster 2* (indicadores intermediários), não se verifica um padrão regional. Esses municípios estão dispersos por todo Estado. Já os municípios pertencentes ao *cluster 3* (indicadores de baixo desempenho) encontram-se principalmente no extremo norte, no centro e em alguns municípios do sul do Estado. Na Região Norte e pertencente a esse grupo, por exemplo, encontra-se o Município de Redentora, que como dito anteriormente, tem a maior proporção de população em pobreza extrema do Estado.

Mapa 1 – Idese dos municípios do RS - 2009



Fonte: CIE/FEE.

5. Considerações finais

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, calculado anualmente na FEE, tem como objetivo avaliar e monitorar o desenvolvimento dos municípios gaúchos. Para tal, os blocos Renda, Saneamento e Domicílios, Saúde e Educação são utilizados para avaliação. Trata-se, portanto, de uma avaliação multidimensional.

Associado a este esforço, a FEE também vem estudando a pobreza no estado. Mais especificamente, esforços estão sendo direcionados ao monitoramento da pobreza extrema, que foi definida oficialmente pelo Governo Federal como de alta prioridade (linha de R\$ 70,00).

Este artigo procurou fazer uma análise dos resultados do Idese 2009 (último ano calculado e recentemente lançado) e também das linhas de pobreza para o RS. Quando se compara a regionalização destes dois resultados, nota-se que municípios com maior Idese também apresentam melhores indicadores de pobreza extrema relativa (percentual de pobres extremos).

Apesar de este resultado ser ligeiramente enviesado pelo fato de que renda também compõe o Idese, ficou evidenciado que municípios com maior grau de pobreza também tem piores condições nas demais dimensões. Isto indica que as políticas

públicas podem ser guiadas pela observância destes dois aspectos: pobreza (enquanto foco prioritário para determinadas políticas) e questões relacionadas à educação, saúde e saneamento.

Este artigo se limita a uma análise mais descritiva dos resultados. Para trabalhos futuros, é necessário que se explorem relações de causalidade entre o desenvolvimento multidimensional, levando em consideração variáveis como etnia, gênero, idade, nível de saúde, saneamento e educação, e a pobreza definida a partir de linhas monetárias de pobreza.

6. Bibliografia

IBGE. (2010). Censo Demográfico (2010). Brasil: IBGE

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. New York, 2010. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 07/04/2011.

MINGOTI, S. A. *Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.